



Ministério da Educação – Brasil
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM
Minas Gerais – Brasil
Revista Vozes dos Vales: Publicações Acadêmicas
ISSN: 2238-6424
QUALIS/CAPES – LATINDEX
Nº. 22 – Ano XI – 10/2022
<http://www.ufvjm.edu.br/vozes>

ANÁLISE DOS FATORES DO ENDIVIDAMENTO DAS FAMÍLIAS BRASILEIRAS NO ANO DE 2018

VASCONCELOS REIS WAKIM

Doutor em Economia Aplicada pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). Mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal de Tocantins (UFT). Especialista em Perícia Contábil. Graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). Docente do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). Professor Permanente do Programa de Mestrado em Administração Pública da UFVJM. Contato: Rua do Cruzeiro, 01, Jardim São Paulo, Teófilo Otoni, MG, CEP: 39.803-371. E-mail: vasconcelos.wakim@ufvjm.edu.br. Telefone: (33)9-9999-1914. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0401-0180>.

THÚLIO ESTEVES FERNANDES

Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri-UFVJM. E-mail: thuliofe@gmail.com. Endereço: Rua do Cruzeiro, n 1. Bairro Jardim São Paulo. Teófilo Otoni, MG. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0422-6210>. Telefone: (033)9-8839-5863.

ELIZETE APARECIDA DE MAGALHÃES

Doutora em Economia Aplicada pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). Mestre em Administração pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). Graduada em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). Docente do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). Contato: Rua do Cruzeiro, 01, Jardim São Paulo, Teófilo Otoni, MG, CEP: 39.803-371. E-mail: elizete.am@ufvjm.edu.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7022-6361>.

Resumo: Dado que o número de famílias endividadas cresceu nos últimos anos, e que o endividamento traz consequências negativas para os indivíduos e a sociedade que este estudo procurou, os dados disponibilizados pelo Inquérito ao Orçamento das Famílias (POF) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para o ano 2018, para analisar os determinantes do endividamento das famílias brasileiras. Para a realização deste estudo, foi utilizado o modelo logit. As variáveis escolhidas são as dummies regionais, raça, rendimento, sexo, educação, idade e o ambiente em que residem (urbano ou rural). Entre as variáveis incluídas no modelo, todas foram significativas e apresentaram efeitos de acordo com a teoria. Conclui-se que, com base nos resultados obtidos, a adoção de políticas públicas destinadas a divulgar a educação financeira na sociedade é essencial para que a parte da sociedade que está endividada diminua, levando a uma melhoria das taxas de endividamento, bem como da qualidade de vida da sociedade em termos de bem-estar.

Palavras-chave: Endividamento. Fatores Determinantes. Educação Financeira. Modelo *Logit*.

Introdução

Nos últimos anos, tornou-se fácil a obtenção de crédito junto às instituições financeiras bancárias (Lopes, 2022). É válido destacar que essa facilidade, somada às políticas contra pobreza elevaram o consumo, pois este é um fato positivo para a economia, ou seja, contribui para o aumento do Produto Interno Bruto (PIB), no entanto, é necessário desenvolver um planejamento assertivo para que os gastos se mantenham em ordem e o índice de inadimplência não aumente.

Na visão de Oréfica (2007), a inadimplência refere-se ao não cumprimento, no todo ou em parte, de uma operação financeira. Segundo Castro (2005), o governo Lula teve como objetivo na área social, realizar a consolidação na unificação dos programas de transferência de renda criados pelo governo Fernando Henrique Cardoso - Bolsa-Escola, Bolsa-Alimentação, Cartão Alimentação - e do Fome Zero e o Vale Gás. Nota-se que, no tocante à efetividade das políticas de combate à pobreza, isso é um passo necessário. Entretanto, é importante que sejam mantidas as condições de contrapartida das prefeituras e dos beneficiários (crianças na escola, vacinação em dia etc.) além de ações complementares que incitem a emancipação das famílias.

De acordo com Vasconcelos e Garcia (2009), a representação mais completa de uma economia dar-se-á pelo Produto Interno Bruto. O cálculo é feito por meio do

somatório, em valores monetários, dos bens e serviços fabricados no país, no entanto, considera-se apenas os serviços e bens finais, a fim de evitar que um mesmo produto seja somado diversas vezes (LOURENÇO; ROMERO, 2002).

Nesse sentido, a ausência de educação financeira, aliada à facilidade de acesso ao crédito, tem levado muitas pessoas ao endividamento excessivo, privando-as de parte de sua renda em função do pagamento de prestações mensais que reduzem suas capacidades de consumir produtos que lhes trariam satisfação. (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2013). Nos tempos atuais, é comum que sejam associados a acumulação e ostentação de bens à riqueza, no entanto, é importante ressaltar que o foco central do planejamento financeiro é o acúmulo de valores (reservas) que, entre outros fatores, exercerão papel fundamental na execução dos mais diferentes objetivos ao longo da vida (CERBASI, 2003).

Segundo Frankenberg (2002, p. 214), “caso o povo tivesse mais acesso à educação financeira, conheceria realmente o perigo ocasionado por taxas de juros altos em relação ao comprometimento excessivo do orçamento doméstico”. Segundo Omar (2009, p. 465), “A taxa de juros pode ser definida como o preço do uso do dinheiro para um determinado período. Porém, enquanto a taxa de juros for um preço, seu impacto na economia não é limitado para o seu próprio mercado”.

Atualmente, o percentual de famílias endividadas bateu recorde. Segundo dados da Radiografia do Endividamento das Famílias, realizada pela Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP), a taxa (71,4%) é a maior da série histórica iniciada em 2010, sendo 15,6%, que é 9,7 pontos percentuais superior à média registrada no mesmo período entre os anos de 2010 e 2020. Em termos absolutos, isso significa que dos 16,8 milhões de residências, quase 12 milhões apresentavam dívidas no fim do mês de junho, acréscimos de 733,9 mil famílias em relação ao ano passado e de 1,36 milhão se comparado a 2019 (Federação do Comércio de São Paulo - FECOMERCIOSP, 2021).

O endividamento gera consequências negativas para as famílias. Exemplo disto, é a negativação do nome, seguido da restrição de acesso ao crédito entre outros fatores. Em termos mais objetivos, o não pagamento das dívidas promove a inscrição do nome do indivíduo em programas de proteção ao crédito, como o

Serviço de Proteção ao Crédito (SPC), Serasa e o Serviço Central de Proteção ao Crédito (SCPC).

De acordo com uma pesquisa do Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil) e da Confederação Nacional de Dirigentes Lojista (CNDL) realizada em 2020, ao ficarem endividados, os consumidores adquirem um estado emocional negativo e que pode se transformar em mudanças de comportamento, alterando as relações sociais e até causando falta de produtividade no trabalho.

No que se refere ao endividamento familiar, pontua-se que o seu aumento afeta não somente o bem-estar das famílias, mas o cenário econômico como um todo. Famílias endividadas tendem a diminuir o consumo e, conseqüentemente, afetam a circulação da moeda no país (CARVALHO, 2005).

Ademais, é válido ressaltar o Decreto 10.393 de 2020 que institui a nova Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) que visa a promoção da educação financeira, securitária, previdenciária e fiscal no país juntamente com o Fórum Brasileiro de Educação Financeira (FBEF) ambos instituídos em 2020 pelo presidente Jair Messias Bolsonaro (BRASIL, 2020).

Somado a isso, no ano de 2022, o site “XP educação publicou uma matéria que informa acerca do lançamento do Programa Educação Financeira nas Escolas, que foi fruto de uma ação governamental, realizada por meio do Ministério da Educação (MEC), em parceria com a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) no ano de 2021. O referido artigo comunica que o intuito do projeto é capacitar os professores das redes pública e privada do Brasil, fornecendo, gratuitamente, formação em Educação Financeira. Desse modo, a ideia é investir na formação dos professores para que esses consigam atingir os alunos. O conhecimento será disseminado via plataforma EAD e, também auxiliará na produção de materiais didáticos e no desenvolvimento de projetos educacionais apontados aos alunos. (XPEDUCAÇÃO, 2022).

Em função do exposto, é importante haver um constante monitoramento no índice de endividamento pois, a partir de determinado patamar, é possível que as famílias não consigam arcar com as obrigações e ocorra a inadimplência. Linardi (2008) mostra que a taxa de inadimplência deve ser considerada um importante termômetro da economia, visto que o sistema bancário como um todo a utiliza para verificar a situação real do sistema financeiro e mensurar o risco de crédito.

Por esse raciocínio, diversos fatores podem contribuir para o endividamento das famílias. Costa e Farinha (2012) relataram que a dívida das famílias portuguesas tende a aumentar com o rendimento da riqueza real e diminuir-se com a riqueza financeira. Além disso, verificaram que o tamanho das famílias tem efeito positivo e a idade possui efeito negativo no mercado da dívida. Ademais, Dynan e Kohn (2007) versaram sobre aspectos como idade, escolaridade e trabalho e obtiveram uma relação positiva no endividamento das famílias americanas.

Diante do cenário apresentado, o presente trabalho teve como objetivo estudar os fatores determinantes que influenciaram no nível de endividamento das famílias brasileiras no ano de 2018, a partir dos dados extraídos da Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE).

Referencial Teórico

Aspectos Gerais Sobre Finanças Comportamentais

Apesar das inúmeras definições das Finanças Comportamentais existe uma concordância razoável entre ambas. Assim, tais finanças são a análise da maneira como os investidores interpretam e agem com relação à informação com o intuito de tomar decisões sobre investimento (LINTNER, 1998). Em consonância com Lintner, Thaler (1999) simplifica como sendo finanças *open-minded* (mente aberta), alegando que para encontrar a resposta de um problema financeiro prático, é preciso considerar a probabilidade de que alguns agentes na economia não ajam sempre de forma totalmente racional. Ainda neste contexto, Olsen (1996) afirma que as Finanças Comportamentais não tentam definir a conduta racional ou irracional, mas busca compreender e prever processos de decisão psicológicos que influenciam no mercado financeiro.

Segundo Brabazon (2000) muitos investidores há tempos consideram que a psicologia é uma chave importante para determinar o comportamento dos mercados. No entanto, somente em tempos recentes, o assunto vem sendo tratado com maior cuidado e dedicação. Desse modo, verifica-se que o campo das Finanças Comportamentais não é algo novo, tendo Cooley como um dos pioneiros no tema, com trabalho publicado em 1977 no *Journal of Finance* sobre como aplicar as descobertas dos psicólogos e estudar as atitudes de risco de administradores de portfólio (LIMA, 2003).

Os estudos clássicos de finanças tratam os aspectos econômicos, objetivando as melhores escolhas de investimento, no intuito de ter um maior retorno financeiro. Todavia, essas decisões estão correlacionadas com o comportamento do agente, das suas preferências, do ambiente macro e das diversas variáveis que podem ou não ser controláveis. Assim, a partir da década 1970 com o surgimento das finanças comportamentais, ficou demonstrado que as pessoas podem apresentar vieses e heurísticas em suas decisões, tais como: o excesso de confiança, otimismo, conservadorismo, perseverança, ancoragem com ajustamento insuficiente e aqueles que emanam da disponibilidade e da representatividade (FLORES; VIEIRA; CORONEL, 2013).

As teorias tradicionais de Finanças, em sua maioria, apresentam uma abordagem microeconômica neoclássica, cujo a racionalidade dos agentes econômicos e a referência central. Notadamente, reconhece que os indivíduos que agem nos mercados financeiros são habilitados a atualizar acertadamente suas crenças após adquirirem novas informações, e as decisões são consistentes com a concepção de utilidade esperada subjetiva (THALER; BARBERIS, 2003). Os limites à arbitragem estão associados com os obstáculos que os investidores racionais podem enfrentar para desfazer distorções ocasionadas por indivíduos um pouco menos racionais. A psicologia, por sua vez, expõe com mais especificidade os prováveis desvios da lógica pura que podem refutar essas distorções (Yoshinaga, *et al.*, 2008).

Os desvios na conduta racional são inerentes à natureza do homem e precisam ser agregados à verificação econômica como uma ampliação natural dos modelos tradicionais, uma vez que os indícios apontam que os agentes podem cometer vários erros sistêmicos. Além disso, as distorções destas advindas têm importantes implicações econômicas. Assim, uma economia na qual há uma interação entre os agentes racionais e irracionais, a irracionalidade pode interferir de maneira significativa nos preços dos ativos. Neste contexto, a psicologia possui um papel essencial, ao proporcionar fundamento teórico que esclarece os vieses cognitivos que influenciam as preferências, o comportamento e as decisões dos indivíduos (Yoshinaga *et al.*, 2008).

Influência de Fatores Comportamentais na Propensão ao Endividamento

As decisões financeiras envolvem um alto risco devido às diversas variáveis envolvidas no processo, o endividamento tem se destacado como tema na linha de finanças comportamentais. As práticas de consumo estão em constante transformação, assim, Dynan e Kohn (2007) afirmam que em um mundo sem limitações para o financiamento, as famílias possuem autonomia para determinar seus gastos, baseando na vida útil dos recursos, taxas de juros e nas necessidades pessoais e em seus gostos. Com o crescimento de consumidores endividados no mercado, o estudo dos fatores que influenciam a propensão ao endividamento é um aspecto relevante, principalmente para as organizações, que precisam adequar o ciclo financeiro e operacional (FLORES; VIEIRA; CORONEL, 2013).

Segundo Flores, Vieira e Coronel (2013) outro aspecto importante é a educação ou alfabetização financeira, sendo que essa, fundamenta-se no conhecimento básico e na habilidade de tomar decisões, sobretudo relacionadas à contratação de dívidas. Nesta concepção, Lusardi e Tufano (2015) retratam que decisões financeiras referentes ao planejamento do futuro possuem cada vez maior grau de complexidade, isso exige das pessoas um nível de educação financeira cada vez mais elevado. Neste contexto, Gathergood (2011) afirma que as pessoas, possuidoras de um nível maior de alfabetização financeira, tendem a assumir dívidas com menores custos, gerando um menor risco de endividamento.

Fatores Determinantes do Endividamento

No âmbito econômico, o PIB, juntamente com o hiato do produto, possui alta relevância para o cenário macroeconômico (CUSINATO; MINELLA; PÔRTO JÚNIOR, 2010, p. 01). Nesse sentido, os autores explicam:

Elas subsidiam decisões de consumo, investimento, aplicações financeiras e, em particular, de condução da política monetária. Embora a adequada condução da política monetária requeira um grande conjunto de informações sobre o estado da economia, as mensurações de atividade econômica por meio do PIB e do hiato do produto estão entre as variáveis que mais se destacam. O PIB é a principal informação sobre o nível de atividade econômica e o hiato do produto é um conceito central nas discussões acerca da política monetária, uma vez que permite inferir se a economia está ou não crescendo acima de seu potencial”.

As diferenças regionais, principalmente a renda, acentuadas pela diferença entre o PIB das regiões brasileiras (Olic, 2003) influenciam diretamente no alto endividamento das regiões brasileiras (Fecomerciosp, 2022). Neste contexto, a

análise das *dummies* regionais se dará em função da região Sudeste visto que ela possui melhores condições de vida quando comparada às demais regiões (Pires, 2014).

Segundo Alves (2008), a inadimplência tende a aumentar para as famílias que residem no meio urbano em comparação com as famílias residentes na zona rural. Ademais, corroborando ainda com o estudo, têm-se que à medida que a renda mensal dos indivíduos aumente a tendência é que a inadimplência diminua. Fato encontrado também por Pires (2014) em seu estudo sobre o Endividamento e a Inadimplência no Brasil.

No que se refere à raça dos indivíduos, em seu estudo, Pires (2014, p. 116) aponta: “As pessoas de cor ou raça negra demonstram aumento da condição de inadimplência geral, de atrasos com aluguel e prestação de residência, no que também estão as pessoas de cor ou raça amarela, e de atrasos com água, eletricidade e gás, no que também estão as pessoas de cor ou raça indígena”.

Furnham (1984) observou que pessoas com mais idade tendem a ser mais preocupadas e autocontidas no uso do dinheiro. Outrossim, Tang (1995) verificou tal estudo e relatou uma correlação negativa entre a idade e o Poder, implicando no fato de que os indivíduos mais jovens possuem maior tendência de usar o dinheiro com intenção de manipular os outros. Corroborando ainda com este estudo, Tang (1995) encontrou que os homens tendem a dar maior importância para o dinheiro do que as mulheres, divergindo dos resultados encontrados por Furnham em 1984.

Conforme mencionado por Panchio (2006), pessoas com menores níveis de escolaridade tendem a assumirem carnês com maior frequência quando comparados a indivíduos com maior escolaridade. De maneira análoga, Furnham (1984) relatou que indivíduos com menor grau de escolaridade obtiveram maiores escores em Obsessão por dinheiro. Ainda, pessoas com ensino médio completo possuíam maiores escores em Poder-gastar e Segurança-conservativa. De maneira oposta, indivíduos com alto nível de ensino viram o dinheiro como sinônimo de esforço e habilidade.

Procedimentos Metodológicos

O objetivo da pesquisa é analisar a probabilidade de endividamento das famílias brasileiras a partir da sua educação financeira tendo como base os dados

obtidos por meio da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) do IBGE do ano de 2018 que ajudaram a compreender como os aspectos sociais influenciam na falta de educação financeira das famílias brasileiras e, conseqüentemente, no seu endividamento.

O modelo utilizado se baseia na construção de modelos de probabilidade para entender melhor os fenômenos aleatórios, sendo necessária a definição do experimento, dos resultados possíveis do experimento e de uma regra que obtenha a probabilidade de cada resultado ocorrer. Assim, há a mensuração da chance de ocorrência de fenômenos aleatórios, que mostre como poderão ocorrer os fatos (Barbetta, 2006).

Em contraste há o modelo *logit*, que consiste em um modelo econométrico de seleção qualitativa, uma vez que gera respostas de procedimentos qualitativos do tipo presença ou ausência de um determinado atributo. Esse método estatístico pode ser considerado, quando a variável dependente é composta por diferentes categorias, sendo amplamente usado em diferentes campos de pesquisa como na economia, pesquisa de mercado e engenharia (CARRILLO; SMITH, 2020; GONÇALVES; BRAGA, 2008).

Dessa maneira, foi aplicado neste estudo o modelo *Logit*, visto que esse modelo não é uma função linear, logo às consequências das variáveis independentes que atuam sobre as variáveis dependentes não são interpretadas diretamente. Dessa forma, é necessário verificar o efeito marginal que mede a influência da determinação de uma unidade variável que explica a probabilidade de ocorrência do evento, quando se trata de variáveis contínuas. Por outro lado, para variáveis binárias, o efeito marginal ou o efeito na probabilidade varia de zero a um, logo, nesse contexto, elas podem ser obtidas pelo modelo *Logit* pela função complementar (XAVIER, 2003).

O modelo *Logit* foi adotado para comparar as variáveis que têm influência sobre o orçamento familiar, sendo este adequado para o caso em que a variável dependente (Y) tem natureza dicotômica, assumindo os valores de 0 ou 1. Pressupõe-se que determinadas variáveis, como: idade, sexo, renda, estado civil, raça, tamanho da família etc., influenciam a decisão de consumir ou não consumir tal produto (SANTOS; COSTA, 2019).

O modelo *Logit* busca analisar a probabilidade de um determinado evento ocorrer conforme descrito pela equação (1) (Gujarati & Porter, 2011):

$$P_i = \frac{1}{1 + e^{-(\beta_1 + \beta_2 X_i)}} \quad (1)$$

A equação (1) deve ser linearizada de forma a ser estimada pelo modelo de Mínimos Quadrados Ordinários (MQO). Para isto, a equação (1) deve ser reescrita conforme a equação (2):

$$P_i = \frac{1}{1 + e^{-(Z_i)}} = \frac{e^{Z_i}}{1 + e^{Z_i}} \quad (2)$$

A equação (2) é descrita como função de distribuição logística. Se P_i é a probabilidade do evento ocorrer, $(1 - P_i)$ é a probabilidade de que o evento não ocorra, conforme equação (3):

$$1 - P_i = \frac{1}{1 + e^{Z_i}} \quad (3)$$

Logo, pode-se reescrever as equações (1) e (2) como:

$$\frac{P_i}{1 - P_i} = \frac{1 + e^{Z_i}}{1 + e^{-Z_i}} = e^{Z_i} \quad (4)$$

A relação $\frac{P_i}{1 - P_i}$ é a razão de chances de um evento ocorrer. Desta forma, para se estimar o modelo descrito até a equação (4), torna-se necessária sua linearização e, conseqüentemente, sua estimação por meio do método dos Mínimos Quadrados Ordinários (MQO). Desta forma, o modelo *Logit* a ser estimado pode ser especificado pela equação (5):

$$L_i = \ln \left(\frac{P_i}{1 - P_i} \right) = \beta_1 + \beta_2 X_i + u_i \quad (5)$$

$$\ln \left(\frac{P_i}{1 - P_i} \right) = Y_i$$

Em que Y_i é uma variável binária que assume valores iguais a 1 ou 0. O valor igual a 0 representa que a família não tem dificuldades financeiras/contas em atraso, caso contrário, a variável assume o valor igual a 1. Os parâmetros β'_s são desconhecidos e serão estimados pela função *Logit*. O conjunto de variáveis X_i , são os componentes que irão explicar a probabilidade de a família ter ou não problemas financeiros/contas em atraso.

As variáveis explicativas utilizadas foram: *dummies* regionais, local de residência (urbano ou rural), escolaridade, renda, raça, sexo e idade. Estas variáveis foram estudadas por Olic (2003), Alves (2008), Pires (2014), Tang (1995). Além disso, Furnham (1984) e Panchio em 2006 também versaram sobre a importância destas variáveis na propensão ao endividamento das famílias brasileiras. Por fim o u_i é o termo de erro aleatório, assumindo que este é iid (independentemente e identicamente distribuídos - $u_i \sim N(0, \sigma^2)$).

O sinal do coeficiente das variáveis estudadas dependerá exclusivamente do tipo de bem analisado. Espera-se uma relação positiva entre a escolaridade do indivíduo e a propensão ao endividamento (ZALTMAN; WALLENDORF, 1979). Ademais, acredita-se que a renda influencie diretamente na probabilidade de endividamento, ou sejam quanto maior a renda menor a chance do indivíduo se endividar, logo é esperado um sinal negativo (YILMAZER; DEVANEY, 2005).

Para os coeficientes de local de residência (urbano ou rural), acredita-se que os moradores da área urbana tenham mais probabilidade de terem contas em atraso, segundo estudos de Alves (2008) e Pires (2014), logo espera-se um sinal positivo para o coeficiente.

De forma análoga, para as *dummies* regionais, espera-se que estas apresentem sinais positivos em relação à região Sudeste, visto que, por serem regiões menos desenvolvidas, os indivíduos terão mais probabilidade de terem contas em atraso, isso se deve à discrepância da composição do PIB brasileiro entre as regiões (Olic, 2003) e das diferenças regionais no que se refere ao custo de vida familiar (Pires, 2014). No que se refere à variável sexo, espera-se que o sinal seja positivo indicando uma tendência maior por parte das mulheres de se endividarem quando comparado aos homens (FABER; O'GUINN, 1992). Ademais, para a variável raça, espera-se que as pessoas declaradas brancas tenham menor probabilidade de se endividarem do que as pessoas de outras raças devido aos cargos que ocupam e maior acesso à educação (MARIAH, 2018). No que se refere à idade, é esperado sinal positivo visto que os mais jovens tendem a consumir mais e de maneira desenfreada quando comparados aos mais velhos (BRAZ; 2019). As variáveis inseridas no modelo estimado estão descritas no Quadro 1.

Quadro 1 – Variáveis inseridas no Modelo

Variáveis	Descrição	Sinal Esperado	Base Teórica
Região Oeste	Assume valor 1 para pessoas que residem na região Oeste e, 0 caso contrário	+ (positivo)	Olic (2003); Pires (2014)
Região Sul	Assume valor 1 para pessoas que residem na região Sul e, 0 caso contrário	+ (positivo)	Olic (2003); Pires (2014)
Região Nordeste	Assume valor 1 para pessoas que residem na região Nordeste e, 0 caso contrário	+ (positivo)	Olic (2003); Pires (2014)
Região Norte	Assume valor 1 para pessoas que residem na região Norte e, 0 caso contrário	+ (positivo)	Olic (2003); Pires (2014)
Urbano/Rural	Assume valor 1 para o indivíduo que reside na zona urbana e, 0 caso contrário	+ (positivo)	Alves (2008); Pires (2014)
Raça	Assume valor 1 para as pessoas da raça branca e, 0 para as pessoas das demais raças	- (negativo)	Mariah (2018)
Sexo	Assume valor 1 para as pessoas do sexo masculino e, 0 caso contrário	- (negativo)	Faber; O'Guinn (1992)
Sem instrução	Assume valor 1 para pessoas sem escolaridade e, 0 para as pessoas com ensino superior	+ (positivo)	Zaltman; Wallendorf (1979)
Ensino Fundamental	Assume valor 1 para pessoas com ensino fundamental e, 0 para as pessoas com ensino superior	+ (positivo)	Zaltman; Wallendorf (1979)
Ensino Médio	Assume valor 1 para pessoas com ensino médio e, 0 para as pessoas com ensino superior	+ (positivo)	Zaltman; Wallendorf (1979)
Rendimento	Renda	- (negativo)	Yilmazer; Devaney (2005)
Idade de 13-24	Idade do indivíduo: assume valor 1 para pessoas com idade até 24 anos	+ (positivo)	Braz (2019)
Idade de 24-36	Idade do indivíduo: assume valor 1 para pessoas com idade até 36 anos	+ (positivo)	Braz (2019)
Idade de 36- 48	Idade do indivíduo: assume valor 1 para pessoas com idade até 48 anos	+ (positivo)	Braz (2019)
Contas em atraso (Y)	Foi composta pela interação de 3 variáveis que demonstravam a existência de contas em atraso (aluguel, água/luz/gás e de serviços). A sua formação assumiu valor igual a 0 se em qualquer cenário deste não houve atrasos e 1 se em pelo menos uma situação houve atraso de pagamento.		

Fonte: Elaboração Própria.

Os dados para esse estudo foram obtidos da Pesquisa de Orçamento Familiar (POF), referente ao ano de 2018 e disponibilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A escolha do período se baseia na análise dos últimos dados apresentados pela plataforma, visto que o estudo é realizado a cada quatro anos.

Resultado e Discussão

Caracterização dos Indivíduos

A análise preliminar dos resultados deste estudo, foi realizada para cada variável a fim de caracterizar a população estudada, ao evidenciar o gênero, a idade, o nível de escolaridade e a renda mensal bruta da família, com o objetivo de investigar o perfil da amostra. Cakarnis e D'alessandro (2015) apontam que quanto maior o conhecimento objetivo melhor são as decisões, predominantemente, em consumidores mais maduros, logo identifica-se que o impulso atenua com a idade do consumidor.

Dessa forma, no que se refere ao gênero da composição da amostra, essa pode ser considerada homogênea, pois, 50,42% são do sexo feminino e 49,58% são do sexo masculino. Com relação à idade dos entrevistados, a maioria apresenta idade entre 13 e 24 anos, sendo uma taxa de 65,27%, enquanto os indivíduos entre 24 e 36, e 37 e 48 possuem uma taxa de 11,33% e 5,25%, respectivamente.

Com relação a raça dos indivíduos, nesse estudo foi tratado a raça branca unicamente, comparada com o conjunto das demais raças (preta, indígena, parda, amarela e sem declaração). Dessa maneira, para o estudo a raça branca possui predominância, sendo 88,33%. No que se refere à escolaridade observou que 2,89% da amostra é analfabeta, 55,51% possuem ensino fundamental, 27,98% têm ensino médio e 13,62% superior.

O espaço que os indivíduos entrevistados residem também foi abordado no estudo, visto que indivíduos de áreas urbanas tendem a ter um gasto maior quando comparado a indivíduos de área rural. Dessa forma, 86,92% residem em área urbana e 13,08% em zona rural. Por outro lado, a maioria (97,24%) dos respondentes da pesquisa possui uma renda mensal.

Ademais, conforme a tabela 1 foi realizada uma análise acerca do endividamento das famílias brasileiras por variável e região.

Tabela 1 - Média do endividamento por variável e região

Variáveis	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Norte	Nordeste	Média Geral
Sexo						
Masculino	81,28%	4,46%	57,34%	43,80%	45,37%	49,58%
Feminino	18,72%	95,54%	42,66%	56,20%	54,63%	50,42%
Área Residencial						
Urbano	98,29%	97,68%	69,52%	73,00%	86,26%	86,92%
Rural	1,71%	2,32%	30,48%	27,00%	13,74%	13,08%
Escolaridade						

Sem Instrução	0,45%	0,26%	0,55%	17,75%	1,32%	2,89%
Fundamental	81,01%	58,51%	57,36%	41,76%	40,88%	55,51%
Médio	2,98%	39,87%	20,80%	15,77%	47,29%	27,98%
Superior	15,56%	1,36%	21,29%	24,72%	10,51%	13,62%
Raça						
Branços	98,74%	72,83%	55,23%	92,35%	98,88%	88,33%
Outros	1,26%	27,17%	44,77%	7,65%	1,12%	11,67%
Idade						
Idade 13-24	65,18%	67,36%	50,82%	53,68%	74,09%	65,27%
Idade 25-36	1,65%	1,46%	19,95%	2,40%	21,82%	11,33%
Idade 37-48	1,65%	1,49%	1,52%	31,24%	1,58%	5,25%
Idade acima de 49	31,52%	29,69%	27,71%	12,68%	2,51%	18,15%
Renda						
Possui	99,86%	99,90%	80,28%	99,93%	99,95%	97,24%
Não Possui	0,14%	0,10%	19,72%	0,07%	0,05%	2,76%

Fonte: Dados da pesquisa.

Conforme exposto, no que se refere ao sexo dos indivíduos, nota-se a predominância do endividamento dos homens quando comparados às mulheres, na região Sudeste (81,28%), diferentemente do que ocorre nas demais regiões, onde tem-se uma média maior por parte das mulheres em relação aos homens.

Outrossim, em relação ao local de residência dos indivíduos, percebe-se uma concentração maior de endividados no meio urbano em relação ao meio rural. Isso acontece em todas as regiões brasileiras, sendo 98,29% a região Sudeste, 97,68% a região Sul, 69,52% a região Centro-Oeste, 73,00% a região Norte e 86,26% a Nordeste. No que se refere à escolaridade, tem-se que pessoas com ensino fundamental são as principais endividadas em todas as regiões do país. Destaca-se a região sudeste com 81,01% de endividados.

Com relação à raça dos indivíduos, é evidente a predominância de indivíduos brancos, comparados às demais raças, endividados nas cinco regiões brasileiras. Sendo este percentual maior nas regiões Sudeste e Nordeste com, 98,74% e 98,88%, respectivamente.

No que concerne à idade, destaca-se a discrepância entre o endividamento dos jovens (13 a 24 anos) com relação às demais faixas etárias em todas as regiões brasileiras. Por fim, nota-se ainda que as pessoas que possuem alguma renda são a maioria (comparados a quem não possui renda) no endividamento por região no

Brasil, sendo 99,86% (Sudeste), 99,90% (Sul), 80,28% (Centro-Oeste), 99,93% (Norte) e 99,95% (Nordeste).

Análise da Probabilidade de Endividamento

Para entender o comportamento das variáveis estudadas realizou-se a aplicação do modelo *Logit* na base de dados da POF referente ao ano de 2018, por meio do programa STATA, no qual o Y está associado as contas em atraso (que se pode entender como uma *proxy* para um possível endividamento do indivíduo), sendo possível identificar as variáveis de maior influência no comportamento financeiro, no que se refere ao endividamento dos indivíduos estudados, conforme apresentado na Tabela 2.

É importante frisar inicialmente que o modelo *Logit* estimado totalizou 1.836.005 observações e apresentou um percentual de acerto de 90,55%. Este percentual de acerto demonstra que em todas as vezes que as famílias apresentaram algum tipo de deficiência financeira e tiveram alguma das suas contas em atraso, o modelo conseguiu prever com exatidão 90% das vezes que o evento ocorreu.

Tabela 2: Influência das variáveis no comportamento financeiro

Variável Dependente	Coefficiente	Erro Padrão	Efeito Marginal
Região Oeste	7,919***	0,000	0,154
Região Sul	6,745***	0,000	0,132
Região Nordeste	3,763***	0,000	0,185
Região Norte	5,295***	0,000	0,106
Urbano e Rural	3,791***	0,002	0,589
Raça	-0,921***	0,000	-0,038
Sexo	-1,350***	0,000	-0,079
Sem instrução	-1,076***	0,001	-0,006
Ensino Fundamental	3,383***	0,002	0,275
Ensino Médio	0,837***	0,000	0,039
Rendimento	-0,902***	0,002	-0,035
Idade de 13-24	3,278***	0,002	0,326
Idade de 24-36	0,433***	0,000	0,021
Idade de 36-48	3,927***	0,000	0,069

Nota: *** significativo a 1%.

Fonte: Dados da pesquisa.

Nota-se que todas as variáveis inseridas no modelo foram significativas ao nível de 1% de significância, isto é, contribuem estatisticamente para o nível de endividamento das famílias. Ademais, quanto ao sinal das variáveis, tem-se que o sinal positivo indica que há a possibilidade de endividamento e o negativo está associado ao não endividamento do indivíduo.

Os resultados obtidos com relação às *dummies regionais*, tendo como referência a região sudeste, indicou que existem diferenças regionais importantes que podem contribuir para o nível de endividamento/contas em atraso dos indivíduos. Desta forma, os indivíduos das regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Sul apresentam potencial de endividamento maior, quando comparado aos cidadãos residentes na região Sudeste. Isso se justifica, pela diferença entre o desenvolvimento da região sudeste e as demais regiões. Conforme aponta Olic (2003), apesar do Brasil ter passado por profundas mudanças na área econômica

nos últimos anos, a classificação das regiões quanto ao PIB não sofreu alterações, o Sudeste continua sendo a região líder na geração de riquezas, seguida das regiões Sul, Nordeste, Centro-oeste e Norte.

Corroborando com esses resultados, Pires (2014) aponta que o endividamento foi maior em regiões com elevados custos de vida familiar, ao realizar a análise de sua pesquisa, situação semelhante aos dados encontrados neste estudo. Além disso, a região Sudeste possui melhores indicadores econômicos e sociais como acesso ao saneamento básico e educação que as demais, o que permite um melhor acesso ao trabalho com salários mais elevados (Fecomerciosp, 2022).

Às variáveis associadas ao local onde os indivíduos vivem, foram classificadas em espaço rural e urbano. A variável apresentou o sinal de seu coeficiente positivo. Assim, pode-se entender que os indivíduos que residem no meio urbano possuem 58,9 pontos percentuais a mais de chances de apresentarem algum tipo de endividamento e/ou contas em atraso quando comparado ao rural. Neste contexto, Alves (2008) afirma que os indivíduos da área rural apresentam variações negativas, quando comparado a zona urbana, o que permitiu concluir que a inadimplência tende a aumentar para as famílias que residem na zona urbana, devido os processos de urbanização e desenvolvimento tecnológico que permitiram o acesso à contextos únicos quando comparado a zona rural, como shoppings, fast food, cinema, baladas, que são alguns dos atrativos que contribuem diretamente para o lazer e que de maneira direta influenciam nos gastos. Além disso, esse grupo tem maiores despesas com habitação, transporte e alimentação, pois são serviços ou produtos mais onerosos no espaço urbano (BATISTELLA, 2014)

Com relação a questão racial, essa variável foi dividida em dois grandes grupos, sendo um destinado aos indivíduos que se declararam brancos e o outro grupo que agregou as demais raças (negra, indígena, parda, amarela e sem declaração). Ela apresentou significância estatística de 1% e sinal do coeficiente negativo. Assim, como resultado, os indivíduos que se declaram brancos, têm 3,8 pontos percentuais menos chances de ter algum tipo de endividamento e/ou ter contas em atraso quando comparado às demais, mantidas todas as demais variáveis constantes. Isso se faz evidente em outros estudos, como apresenta Pires (2014) e Trindade (2009) ao apontar que indivíduos das demais raças (preta,

indígena, parda, amarela e sem declaração) indicam maior endividamento familiar total quando comparados com as pessoas de cor ou raça branca. Neste sentido, população negra tende a ocupar posições mais precárias no mercado de trabalho (informais, serviço doméstico ou autônomos) que correspondem a salários mais baixos, uma vez que ganham em média 1,7 mil reais contra 3,1 mil da população branca (BRAZ, 2019; MARTINS; GUEDES, 2021; TRINDADE, 2009).

Sob esse viés, ao analisar a variável sexo, essa apresentou coeficiente negativo, isso indica que os homens têm 7,85 pontos percentuais a menos de chances de possuírem algum tipo de endividamento/ter contas em atraso quando comparado com as mulheres mantidas as demais variáveis constantes. Tal fato se justifica, pois segundo Trindade (2010) às mulheres comprometem mais suas rendas do que os homens e atuam como principal comprador da família, no que diz respeito à alimentação, roupas, acessórios e materiais diversos. Além disso, D'astous, Maltais e Roberge (1990) relatam que existem evidências que pessoas do gênero feminino possuem maiores chances de incorrerem em um comportamento compulsivo de compra, o que aumenta, ainda mais, a propensão ao endividamento.

Para o grau de instrução analisou-se os níveis de escolaridade, divididos em: sem instrução, ensino fundamental, ensino médio e ensino superior. Adotou-se, neste estudo, o ensino superior como referência. Constata-se pela Tabela 2 que os indivíduos sem instrução têm 0,6 pontos percentuais menos chances de estarem endividados quando comparados com as pessoas com ensino superior.

Por sua vez, os indivíduos com ensino fundamental e ensino médio, em relação à faixa de referência, apresentaram 27,5 e 3,9 pontos percentuais a mais de chances de estarem endividados, respectivamente. Dessa forma, a presente pesquisa diverge dos resultados encontrados na maioria dos estudos acerca da relação entre o nível de escolaridade e a propensão ao endividamento. É importante ressaltar que estes resultados diferem, em especial, ao encontrados por Zaltman e Wallendorf (1979) que afirmam que quanto maior o grau de escolaridade do indivíduo, menor é sua tendência de assumir carnês de prestações e utilizar créditos bancários. Outrossim, pode-se inferir que indivíduos sem escolaridade tem maior aversão ao risco do que as pessoas de maior instrução, logo tendem a não gastar mais do que possuem como renda com medo da inadimplência.

A variável renda é um fator que influencia na probabilidade de endividamento, como também um fator que pode contribuir para a quitação das dívidas. A variável apresentou efeito negativo, indicando que à medida que a renda aumenta, os indivíduos têm 3,5 pontos percentuais menos chances de estarem endividados. Isso é confirmado na pesquisa de Yilmazer e DeVaney (2005) que concordaram que a renda desempenha importante papel nas decisões tanto de manter o endividamento como também do volume de endividamento familiar. Ainda Livingstone e Lunt (1992) consideram que causas comportamentais envolvem muita subjetividade e incerteza o que leva a equívocos decisórios, e, conseqüentemente, compromete a renda e influencia diretamente no nível de endividamento familiar, visto que se alicerçam na intuição, nos valores e numa racionalidade limitada motivados por fatores como renda.

A variável idade foi estratificada em três grupos, sendo composta pelos indivíduos de 13 a 24 anos, 24 a 36 anos e 36 a 48 anos. Teve-se como referência, os indivíduos com mais de 49 anos. As três variáveis do modelo, quando comparadas à idade de referência, apresentaram sinais dos coeficientes positivos, logo estas faixas etárias apresentam uma maior chance de estarem endividadas e/ou com contas em atraso 32,6, 2,1 e 6,9 pontos percentuais, respectivamente.

Salienta-se os indivíduos de menor idade possuem uma probabilidade maior de endividamento, sendo este predominante nos jovens de 13 a 24 anos, pois a razão de chances foi mais elevada quando comparada às demais faixas etárias e à faixa de referência. Conforme demonstrado por Furnham (1984) e Panchio (2006) em seus estudos explicam que há um uso excessivo, por parte dos jovens, do cartão de crédito e do cheque especial, sendo gastos relacionados à autoestima (BRAZ, 2019).

Considerações Finais

Este estudo teve como objetivo identificar os determinantes do endividamento das famílias, para isto, fez uso da base de dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares 2018 (POF) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, por meio do modelo *Logit*, pois a partir deste foi possível verificar relação de variáveis explicativas econômicas, demográficas e regionais com a situação de endividamento das famílias.

As variáveis utilizadas nesse estudo foram sexo, idade, raça, local de residência, escolaridade, região geográfica e renda, no qual o parâmetro comparativo foi a região sudeste do país. Do ponto de vista da gestão financeira este estudo aponta a importância de variáveis demográficas, culturais e financeiras no contexto brasileiro direcionada a propensão do endividamento familiar.

Dessa forma, salienta-se que os resultados encontrados, confirmaram os pressupostos das teorias sobre endividamento e da influência das variáveis estudadas. Sendo que as variáveis inseridas no modelo foram relevantes para explicar o endividamento, isto é, contribuem diretamente no endividamento das famílias.

Em virtude do exposto, este estudo ajuda a corroborar com as teorias das Finanças Comportamentais, pois analisou quantitativamente as influências que as variáveis econômicas, sociais e demográficas exercem na no nível de endividamento.

O estudo deixou evidente, entre outros fatores, a propensão a um grau maior de endividamento por parte das mulheres em relação aos homens. No que se refere à idade dos indivíduos, ressalta-se a predominância de endividamento nos mais jovens, especialmente naqueles que possuem entre 13 e 24 anos de idade. Ademais, o estudo apresentou resultado esperado para a questão racial, as pessoas declaradas brancas possuem menor probabilidade de se endividarem do que as demais raças. Somado a isso, salienta-se que pessoas pertencentes ao meio urbano tem maior propensão a ter contas em atraso quando comparado às pessoas pertencentes ao meio rural. Por fim, conforme esperado, os indivíduos não pertencentes à região Sudeste apresentam maiores chances de possuírem contas em atraso.

Por fim, para estudos futuros, recomenda-se que se utilize uma amostra que contemple uma maior diversidade socioeconômica cultural e regional.

Referências

ALVES, R. M. D. **Determinantes do atraso no cumprimento bancário em crédito à habitação**. 2008. 123 f. Dissertação – Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real, Portugal, 2008. Disponível em: <https://catalogo.biblioteca.utad.pt/cgi-bin/koha/opac-detail.pl?biblionumber=59083&q=Rui%20Miguel%20Deus%20Alves>. Acesso em: 05 set. 2022.

BANCO CENTRAL (BC). **Caderno de Educação Financeira - Gestão de Finanças Pessoais**. Brasília, Distrito Federal. 2013. Acesso em: 8 de julho de 2022. Disponível em: www.bcb.gov.br.

Barbetta, P. A. *Estatística Aplicada às Ciências Sociais*. 6. ed. Ed. da UFSC. 2006.

BRABAZON, T. Behavioural Finance: A new sunrise or a false dawn. University of Limerick, v. 28, 2000. Disponível em: <https://wenku.baidu.com/view/03d9b56baf1ffc4ffe47ace7.html>. Acesso em: 03 jan. 2022.

Braz, M. *Comportamento Financeiro e o Endividamento de Jovens Cariocas*. Monografia (Graduação em Administração). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/47582/47582.PDF>. 2019.

CARRILLO, P.; SMITH, O. Perfil de risco de crédito para uma cooperativa em Villavicencio a partir de um modelo logit. **Revista Universidad y Empresa**, v. 22, n. 38, p. 237-256, 2020. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S0124-46392020000100237&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 05 set. 2022.

CARVALHO, F. A. **Investimento, poupança e financiamento**: financiando o crescimento com inclusão social. Rio de Janeiro: IE/UFRJ, 2005. (Texto para Discussão). Disponível em: http://www.ie.ufrj.br/moeda/pdfs/investimento_poupanca_e_financiamento.pdf. Acesso em: 23 maio 2022.

CASTRO, M. H. G. **A política de combate à pobreza do governo do estado de São Paulo**. São Paulo em Perspectiva [online]. 2004, v. 18, n. 4, pp. 2-7. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-88392004000400002>>. Epub 08 Ago 2005. ISSN 1806-9452. <https://doi.org/10.1590/S0102-88392004000400002>. Acesso em: 15 Julho 2022]

CERBASI, G. P. **Dinheiro**: Os segredos de quem tem. 2ª ed. São Paulo: Editora Gente, 2003.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE DIRIGENTES LOGISTAS (CNDL). **8 em cada 10 inadimplentes sofreram impacto emocional negativo por conta das dívidas.** Brasil. 2020. Disponível em: <https://site.cndl.org.br/8-em-cada-10-inadimplentes-sofreram-impacto-emocional-negativo-por-conta-das-dividas-revela-pesquisa-cndlspc-brasil/>. Acesso: 12 jul. 2022.

COSTA, S.; FARINHA, L. **O Endividamento das Famílias: uma análise microeconômica com base nos resultados do inquérito à situação financeira das famílias.** Relatório de Estabilidade Financeira - Maio 2012, Banco de Portugal. Disponível em: <
http://www.bportugal.pt/ptPT/EstudosEconomicos/Publicacoes/RelatorioEstabilidadeFinanceira/Publicacoes/A_R201201_p.pdf> Acesso em: 23 ago. 2022.

CUSINATO, R. T.; MINELLA, A.; PÔRTO JÚNIOR, S.S. **Hiato do Produto e PIB no Brasil: Uma Análise de Dados em Tempo Real.** In: XXXVII Encontro Nacional de Economia da Anpec, 2010, Foz do Iguaçu. XXXVII Encontro Nacional de Economia da Anpec, 2010.

D'ASTOUS, A.; MALTAIS, J.; ROBERGE, C. Compulsive Buying Tendencies of Adolescent Consumers, **Advances in Consumer Research**, v.17, 1990. Disponível em: <https://www.acrwebsite.org/volumes/9829/volumes/v17/NA%20-%2017>. Acesso: 05 set. 2022.

DYNAN, K. E.; KOHN, D.L. The Rise in U.S. Household Indebtedness: Causes and Consequences. **FEDS Working Paper No**, 2007. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1019052. Acesso em: 03 jan. 2022.

FECOMERCIO SP. Porcentual das famílias brasileiras endividadadas atinge nível recorde em 11 anos. São Paulo. 24 de novembro de 2021. Acesso: 13 de julho de 2022. Disponível em: <https://www.fecomercio.com.br/noticia/porcentual-de-familias-brasileiras-endividadadas-atinge-nivel-recorde-em-11-anos>

FECOMERCIO SP. Famílias do Norte e do Nordeste são as mais endividadadas do Brasil, mostra pesquisa da Fecomercio SP. São Paulo, 2022. Acesso: 13 de julho de 2022. Disponível em: <https://www.fecomercio.com.br/noticia/familias-do-norte-e-do-nordeste-sao-as-mais-endividadadas-do-brasil-mostra-pesquisa-da-fecomerciosp>. Acesso: jul. de 2022.

FERREIRA, H.; SANTOS, V. **Orçamento Familiar: Planejamento, Controle e Comportamento.** São Lucas, Centro Universitário. Porto Velho. Rondônia. Brasil. 2018. Acesso em: 9 de agosto de 2022. Disponível em: <http://repositorio.saolucas.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/2768/Barbosa%2C%20Helber%20Ferreira%20-%20Or%C3%A7amento%20Familiar%20-%20Planejamento%2C%20Controle%20e%20Comportamento.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

FLORES, S. A. M.; VIEIRA, K. M.; CORONEL, D. A. Influência de fatores comportamentais na propensão ao endividamento. **Revista de Administração**

FACES Journal, v. 12 · n. 2 · p. 13-35 2013. Disponível em: <http://revista.fumec.br/index.php/facesp/article/view/808>. Acesso em: 05 set. 2022.

FRANKENBERG, L. **Guia prático para cuidar do seu orçamento**. Rio de Janeiro: editora Campus, 2002.

FURNHAM, A. "Many sides of the coin: the psychology of money usage". **Personality and Individual Difference**. n. 5, 1984. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/0191886984900254>. Acesso em: 05 set. 2022.

GALLERY, N.; GALLERY, G.; BROWN, K.; FURNEAUX, C.; PALM, C. **Financial literacy and pension investment decisions**. Financial Accountability & Management, EUA, v. 27, n. 3, p. 286-307, 2011.

GARCIA, M. E; VASCONCELLOS, M. A. S. **Fundamentos de Economia**. 3 ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2009.

GATHERGOOD, J.; DISNEY, R. F. Financial literacy and indebtedness: New evidence for UK consumers. **Available at SSRN 1851343**, 2011. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/0191886984900254>. Acesso em: 05 set. 2022.

GONÇALVES, R. M. L.; BRAGA, M. J. Determinantes de risco de liquidez em cooperativas de crédito: uma abordagem a partir do modelo logit multinomial. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 12, p. 1019-1041, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rac/a/wRvK6VB37btfRXTk9zRZnzj/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 05 set. 2022.

GUAJARATI, D.; PORTER, D. **Econometria Básica**. 5.ed. New York: Editora AMGH Ltda, 2011.

LIMA, M. V. Um estudo sobre finanças comportamentais. *In*: **RAE ELETRÔNICA**, n. 1, 2003, São Paulo. **ANAIS**. São Paulo: Editora Fundação Getúlio Vargas – Escola de Administração de Empresas de São Paulo. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/raeel/a/4VRqLpgZyFSccttVyJGzcb6b/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 03 jan. 2022.

LINARDI, F. M. **Avaliação dos determinantes macroeconômicos da inadimplência bancária no Brasil**, Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 2008. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/AMSA-7FNJU7/1/fernando_linardi_2008.pdf. Acesso em: 05 set. 2022.

LINTNER, G. **Behavioral finance**: Why investors make bad decisions. **The planner**, v. 13, n. 1, p. 7-8, 1998. Disponível em: <https://www.kiplinger.com/investing/603153/the-psychology-behind-your-worst-investment-decisions>. Acesso em: 05 set. 2022.

Livingstone, S. M.; Lunt, P. K. *Predicting personal debt and debt repayment: psychological, social and economic determinants*. Journal of Economic Psychology, v. 13, n. 1. 1992. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/016748709290055C>. Acesso em: 05 set. 2022.

LOPES, J.J.M. **A importância do orçamento familiar**. FEAD, Belo Horizonte, 2011. Disponível em: file:///C:/Users/Isabella/Downloads/1071-Texto%20do%20artigo-5567-1-10-20190909.pdf. Acesso em: 05 set. 2022.

LOURENÇO, G. M.; ROMERO, M. **Indicadores econômicos**. FAE Business School. Economia Empresarial. Curitiba: Associação Franciscana de Ensino Senhor Bom Jesus, p. 27-41, 2002. Disponível em: <https://fasam.edu.br/wp-content/uploads/2020/07/Economia-Empresarial.pdf>. Acesso em: 05 set. 2022.

LUSARDI, A.; TUFANO, P. Debt literacy, financial experiences, and overindebtedness. **Journal of Pension Economics & Finance**, v. 14, n. 4, p. 332-368, 2015. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/journal-of-pension-economics-and-finance/article/abs/debt-literacy-financial-experiences-and-overindebtedness/6140546AF9CA1BAC33FAE47F35C5C178>. Acesso em: 05 set. 2022.

MARIAH, M. O que é privilégio branco? Entenda como a empatia pode ser fundamental para entender realidades diversas. [S. l.], 2019. Disponível em: <https://simaigualdaderacial.com.br/site/o-que-e-privilegio-branco-entenda/>. Acesso em: 1 ago. 2022.

MARTINS, F. E. S.; GUEDES, A. C. Generificando a pesquisa sobre endividamento imobiliário: primeiros desafios. **Revista Brasileira de estudos urbanos e regionais**, v. 23, e202135, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbeur/a/FSyqZ7dp4JDbxXrJw4ncBFy/?format=pdf&lang=pt#:~:text=Nossas%20pesquisas%20apontam%20que%20o,recebem%20menos%20que%20ho%2D%20mens>. Acesso em: 1 ago. 2022.

OLIC, N. Pobreza e riqueza: nações e regiões. Disponível em: http://www.clubemundo.com.br/revistapangea/show_news.asp?n=179&ed=4 - acesso em: 04/08/2022.

OLSEN, R. A. Implications of herding behavior for earnings estimation, risk assessment, and stock returns. **Financial Analysts Journal**, v. 52, n. 4, p. 37-41, 1996. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/4479932>. Acesso em: 05 set. 2022.

OMAR, J. H. D. Taxa de juros: comportamento, determinação e implicações para a economia brasileira. **Revista de Economia Contemporânea [online]**. 2008, v. 12, n. 3, pp. 463-490. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1415-98482008000300003>. Acesso em: 15 Jul 2022.

ORÉFICE, R. A. F. **Renegociação de créditos inadimplentes**: o comportamento do cliente perante o processo de cobrança. Dissertação (MPA) Escola de Administração

de Empresas de São Paulo. 2007. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/5667>. Acesso em: 05 set. 2022.

PIRES, V. C. **Endividamento e Inadimplência no Brasil**: Os efeitos da propensão ao risco e dos gastos com saúde. Dissertação de Doutorado. Universidade Estadual de Maringá Programa de Pós-Graduação em Ciências Econômicas. Maringá. 2014.

SANTOS, I. A.; COSTA, L. V. **O Trabalho Infantil e Domicílios Chefiados por Mulheres**: Aplicação de um Modelo Logit a partir de Microdados da PNAD, [S.l], 2019. Disponível em: <https://brsa.org.br/wp-content/uploads/wpcf7-submissions/4172/Artigo-identificado.pdf>. Acesso em: 05 set. 2022.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (SEBRAE). **Pessoa Física Educação Financeira**. Bahia. Brasil. 2013. Acesso em: 10 de agosto de 2022. Disponível em: <https://docplayer.com.br/9678429-Pessoa-fisica-planejamento-e-controle-financeiro-pessoal-educacao-financeira.html>

TANG, T.L.P; GILBERT, P. R. Attitudes toward Money as related to intrinsic and extrinsic job satisfaction, stress and work-related attitudes. **Personality and Individual Differences**, n. 19(6), 1995, p. 327-332. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/019188699500057D>. Acesso em: 05 set. 2022.

THALER, R. H. The end of behavioral finance. **Financial Analysts Journal**, v. 55, n. 6, p. 12-17, 1999. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/2593983_The_End_of_Behavioral_Finance. Acesso em: 05 set. 2022.

TRINDADE, L. L. *et al.* **Determinantes da propensão ao endividamento**: um estudo nas mulheres da mesorregião Centro Ocidental Rio Grandense. 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/4550>. Acesso em: 05 set. 2022.

XAVIER, M. B. **Caracterização de modelos de regressão para análise de dados categóricos**: um estudo da coleta do exame preventivo do colo uterino. 2003. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/130888>. Acesso em: 05 set. 2022

XP EDUCAÇÃO. **O que é Educação Financeira nas Escolas? Conheça o novo programa do Governo Federal**. Disponível em: <https://blog.xpeducacao.com.br/educacao-financeira-na-escola/>. Acesso em: 15 de julho de 2022.

YILMAZER, T.; DEVANEY, S. A. Household debt over the life cycle. **Financial Services Review**. West Lafayette (USA): Department of Consumer Sciences and Retailing, v. 14, 2005. ZALTMAN, G. WALLENDORF, M. Consumer behavior: basic findings and management implications. New York, Wiley & Sons, 1979. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/228370804_Household_Debt_Over_the_Life_Cycle. Acesso em: 15 de julho de 2022.

YOSHINAGA, C. E. et al. Finanças comportamentais: uma introdução. **REGE Revista de Gestão**, v. 15, n. 3, p. 25-35, 2008. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/314553675_Financas_Comportamentais_uma_introducao. Acesso em: 05 set. 2022.

ZALTMAN, G.; WALLENDORF, M. **Consumer behavior**: basic findings and management implications. New York, Wiley & Sons, 1979. Disponível em: <https://www.worldcat.org/pt/title/consumer-behavior-basic-findings-and-management-implications/oclc/935304728?referer=di&ht=edition>. Acesso em: 05 set. 2022.

Processo de Avaliação por Pares: (*Blind Review* - Análise do Texto Anônimo)

Revista Científica Vozes dos Vales - UFVJM - Minas Gerais - Brasil

www.ufvjm.edu.br/vozes

QUALIS/CAPES - LATINDEX: 22524

ISSN: 2238-6424